**O Modelo Consociativo para Sociedades Plurirreligiosas: Reflexões e Aprendizados sobre a Experiência Confessional Libanesa**

Trabalho preparado para apresentação no VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 2 a 6 de Maio de 2016.

**Autoria: Natalia Nahas Carneiro Maia Calfat**

**O Modelo Consociativo para Sociedades Plurirreligiosas: Reflexões e Aprendizados sobre a Experiência Confessional Libanesa**

**Natalia Nahas Carneiro Maia Calfat**

**Resumo**: O modelo consociativo de democracia parlamentar reflete a necessidade de prevenção de conflitos comunais em sociedades segmentadas e visa lhes proporcionar estabilidade democrática. O Líbano e suas 18 seitas oficiais foi considerado por Arend Lijphart como um caso de sociedade multiétnica profundamente dividida por clivagens sobrepostas, país no qual o consociativismo e a capacidade de acomodação das elites seriam viáveis. No entanto, o país tem enfrentado rupturas institucionais constantes e intensificação de tensões sectárias mesmo após o fim da guerra civil (1975-1990). As crises de governança em 2005 e 2008, o vácuo presidencial desde Maio de 2014 e a atual crise de energia, água e lixo são exemplos de tais eventos. Além disso, o Líbano tem um Estado nação frágil e inoperante, abrindo um vácuo em termos de defesa militar, promoção de serviços sociais e provisão de bens públicos. Ao mesmo tempo, contudo, as crises sugerem não demonstrações de falta de governança, mas ajustes de representação para inclusão de elites não tradicionais no poder (como é o caso da xiita e sua obtenção do poder de veto através da figura do Hezbollah em 2008). Neste sentido, será objetivo do presente trabalho indicar os limites, decorrências e contribuições do consociativismo à realidade libanesa em sua modalidade confessional. Através do estudo de caso proposto apontaremos de que modo, de forma problemática, falta na literatura consociativa o entendimento de que a institucionalização rigorosa das diferenças religiosas não promove mais democracia e representatividade, mas, ao contrário, enfraquece o Estado nacional.

**Palavras-chave**: consociativismo; sistema confessional libanês; Hezbollah; crises institucionais

**O Consociativismo para Sociedades Segmentadas e a Realidade Libanesa**

A teoria de arranjo político mais comumente aplicada ao caso de sociedades fragmentadas e multiconfessionais é o consociativismo de Arend Lijphart. Este modelo prevê que as elites políticas das diferentes seitas – apesar de não compartilharem valores semelhantes – entram em acordo institucional em prol da governança. Seu pragmatismo político, nestas sociedades fortemente divididas, é o que garante a estabilidade democrática de países como Holanda, Suíça e Bélgica. Em sua seminal tese de doutoramento, Lijphart dialogava no ano de 1968 com a teoria pluralista de então, para a qual divisões ao longo de linhas religiosas e de classes, não transversais, fariam destas estruturas políticas menos capazes de resolverem suas tensões através de argumentos políticos democráticos, institucionais e pacíficos. A hipótese causal com a qual Lijphart dialogava era a de que a existência de múltiplas divisões transversais aumentava o nível de paz social e, portanto, facilitava um governo democrático e estável. Este arranjo, contudo, apesar de ser uma alternativa possível, não era o único arranjo viável para um regime democrático. Na Holanda, Lijphart observou a existência de diversas clivagens religiosas e de classe, poucas das quais transversais, e ainda assim – para a surpresa pluralista – a Holanda era estável, democrática e pacífica. Através das evidências do caso Holandês e de diversas referências teóricas, Lijphart contestou a teoria vigente até então e propôs o modelo consociativo como uma alternativa possível que também poderia dar origem a regimes democráticos estáveis.

O sistema de democracia parlamentar consociativista foi projetado para evitar conflitos sectários e busca representar fielmente a composição demográfica religiosa (ou de outras minorias) no Estado (LIJPHART, 1995). O modelo consociativista de democracia nasceu da necessidade de prevenir e regular conflitos comunais em sociedades segmentadas (onde não existem clivagens transversais) e proporcionar-lhes estabilidade democrática. Este modelo fornece um sistema capaz de gerar e manter a estabilidade democrática em sociedades divididas (e profundamente divididas), ou seja, sociedades com heterogeneidades sobrepostas e instáveis​​ (ASSAF, 2004).

É razoável afirmar que o confessionalismo seja uma modalidade de democracia consociativa. Ele garante a representação de grupos no governo ao longo de linhas religiosas confessionais. Isto é conseguido através da reserva de uma quantidade proporcional de cargos governamentais de alto nível e de gabinetes ministeriais aos respectivos representantes das diversas comunidades religiosas (ESPOSITO, 2009). Os defensores do consociativismo argumentam ser este desenho a opção mais realista em sociedades profundamente divididas em comparação a abordagens integracionistas alternativas para gestão de conflitos. Para Barclay, por exemplo, o sistema consociativo é o único que pode acomodar as necessidades políticas e sociais de um país com comunidades confessionais tão profundamente enraizadas como no Líbano hoje (BARCLAY, 2007).

O Líbano e suas 18 seitas oficiais foram consideradas por Lijphart como um caso de sociedade multiétnica, profundamente dividida com clivagens sobrepostas, onde o consociativismo e a capacidade de acomodação por parte das elites eram viáveis. Como Irene Groven (1997) afirma, de acordo com Lijphart e outros consociacionalistas, o Líbano tem sido um exemplo de sistema político consociativo. Até a guerra civil (1975-1990) "*a estrutura política confessional no Líbano chegou perto de um arranjo consociacional. Uma coalizão de elites que representava as várias comunidades principais governou o país em uma base conjunta*". Assentos parlamentares foram distribuídos proporcionalmente entre as comunidades de acordo com a sua força numérica dentro deste sistema de partilha de poder (GROVEN, 1997, p. 1).

Por décadas o país foi considerado um modelo de democracia para o Oriente Médio, de coexistência pacífica inter-religiosa e de cooperação – muitas vezes tido como “a Suíça do Oriente Médio”. Entre 1943, ano de independência, e os anos 1970, o Líbano era visto como um modelo de sucesso pós-colonial, gozando de riqueza e crescimento econômico, além de ser uma sociedade frequentemente referenciada como livre e aberta. Contudo, a cooperação entre cristãos maronitas economicamente dominantes e a maioria muçulmana sempre foi tênue. Crises foram registradas nos anos 1952 e 1958. Durante os anos de 1975 e 1990 uma sangrenta Guerra Civil deixou cerca de 250.000 mortos, quiçá sepultando consigo o curto período de sucesso da experiência consociativa baseada na cooperação e moderação entre as elites, sobretudo maronitas e sunitas. A democracia consociativa perpetuou um Estado fraco e institucionalizou as diferenças sectárias. Contudo, apesar dos seus defeitos, de 1943 até 1975 o sistema político libanês estabeleceu ordem e estabilidade, resistindo às crises de 1952 e de 1958. Igualmente, uma nova e crescente elite – a xiita - foi incorporada ao governo.

A Guerra Civil libanesa ocorreu em um contexto de influência significativa das elites cristãs maronitas sobre o gerenciamento do Estado libanês. O Mandato Francês entre os anos de 1920 e 1943 já reforçava a ligação entre política e religião e a estrutura parlamentar favorecia uma posição de proeminência aos cristãos. Os opositores ao governo pró-ocidental eram contrapostos por muitos grupos pan-arabistas e de esquerda, além de uma expressiva população muçulmana. A alteração no equilíbrio demográfico muçulmano também foi resultado do deslocamento de centenas de milhares de refugiados palestinos em direção ao Líbano, quando da criação do Estado de Israel em 1948, e na Guerra dos Seis Dias de 1967. A Guerra Fria também teve um papel na identificação ideológica e polarização do conflito que precedeu a crise política de 1958, quando o Líbano esteve ameaçado por uma guerra civil entre cristãos maronitas e muçulmanos. Na ocasião, libaneses muçulmanos esquerdistas e pan-árabes ao lado de países árabes alinhados à União Soviética pressionaram o governo a se unir a recém-criada República Árabe Unida, enquanto os cristãos maronitas desejavam que o Líbano permanecesse aliado às potências estrangeiras ocidentais. A crise resultou em estimados 2.000 mortos. Em 1975 os confrontos tiveram início entre cristãos maronitas e forças palestinas, sobretudo da Organização para Libertação da Palestina (OLP), que inicialmente estavam alinhadas a grupos pan-arabistas, esquerdistas e muçulmanos – ainda que estas alianças tenham sucessivamente se alterado de forma rápida e inesperada.

Não parece haver um consenso na literatura quanto o bom funcionamento do sistema consociativo confessional no país. Por um lado, houve um período de sucesso e de coexistência pacífica entre os anos de 1943 e 1975 – em que pese as crises de 1952 e 1958 – e há indícios de compromissos na figura da ascensão política e econômica, nas últimas duas décadas, de um novo grupo social: os xiitas, até então marginalizados, na figura do partido Hezbollah. De outro lado, contudo, o país deu sinais de severa disputa sectária em uma guerra civil que durou 15 anos e de enfraquecimento da figura do Estado como entidade nacional e provedora de serviços públicos. Críticos apontam, por exemplo, uma concepção limitada do papel do Estado no país; atribuição de funções legislativas a instituições não estatais; e domínio da política pelas elites tradicionais maronitas e sunitas – ainda que a elite xiita venha adquirindo cada vez mais espaço (a exemplo do poder de veto obtido em 2008).

Sobretudo na última década, o Líbano vem enfrentando constantes quebras de institucionalidade e acirramento de tensões sectárias, mesmo após o término da guerra civil. As crises de governança em 2005, 2008, o recente vácuo presidencial desde Maio de 2014 e a atual crise de luz, água e lixo são exemplos destes eventos. Adicionalmente, o Líbano é frequentemente acusado de contar com um Estado nacional frágil e inoperante, abrindo um vácuo em termos de defesa militar, promoção de serviços sociais e de fornecimento de bens públicos.

Em linha com a argumentação acima, de acordo com Constantine Petallides, por exemplo, durante as duas décadas que precederam a Guerra Civil de 1975 muitos estudiosos ocidentais se referiam ao Líbano como "a democracia mais estável" no mundo árabe; no entanto, o sistema político, por vezes, “fica muito aquém de ser democrático”. Segundo o autor, governado pelo confessionalismo:

O Líbano está preso a um sistema de representação que perpetua o reforço a clivagens religiosas, em vez de difundi-las. Enquanto muitos argumentam que o sistema atual é a única maneira para as minorias religiosas terem garantida uma voz na política, é importante notar aqui que, desde 1943, o confessionalismo político tem sido considerado como um arranjo temporário que deve ser expurgado o mais rapidamente possível, mas tem continuado a predominar. (PETALLIDES, 2011, p.5, tradução nossa)

Neste sentido, questiona-se quão eficaz é o modelo de Lijphart à realidade libanesa, quais as diferenças entre teoria e prática e quão adequada é a realidade libanesa para o modelo de Lijphart.

**O Sistema Confessional Libanês: *Muhasasah Ta’ifiyah***

O sistema político libanês é construído em uma base confessional e de atribuições políticas e civis (*muhassasa)* que na prática significa a divisão de poderes políticos entre a presidência maronita, o executivo sunita e o legislativo xiita. No confessionalismo libanês, os altos cargos do governo são reservados aos membros de grupos religiosos específicos, sendo que a atual constituição libanesa reconhece oficialmente 18 grupos religiosos. São eles: sunitas, xiitas, maronitas, armênios (católicos e ortodoxos), drusos, coptas, siríacos (católicos e ortodoxos), alauitas, gregos (católicos e ortodoxos), judeus, assírios, protestantes, católicos caldeus, isma'ilis e católicos latinos. Estes têm o direito de lidar com seu direito de família de acordo com suas próprias tradições e Côrtes religiosas. Não há casamento civil no Líbano, por exemplo, e todo sistema jurídico, civil e pessoal, como direito de família, herança e divórcio é regido religiosamente nos diferentes tribunais das múltiplas seitas.

Em uma tentativa de manter a igualdade entre cristãos e muçulmanos, o Artigo 24 da Constituição determina que a distribuição de cargos seja feita com base nos confessionalismos. Educação, hospitais e toda uma ampla gama de instituições e associações de bem estar social são regidos pelos aparatos religiosos. As alocações de cargos públicos e de recursos governamentais também são tipicamente distribuídas de forma confessional no país. A seita confessional passa a ser a forma de ganhar acesso aos recursos do governo (redes de bem estar e instituições como escolas e hospitais). [[1]](#footnote-1) É preciso ressaltar, contudo, que a forte institucionalização das diferentes religiões no Líbano é bastante distante da realidade de pilarização holandesa. Neste país, as elites entram em acordo entre si e distribuem alguns cargos relevantes conforme o arranjo político obtido, o que é bastante diverso do que ocorre no caso libanês. Neste último, a distribuição de cargos e recursos é feita a priori e deve ser obedecida independente dos resultados eleitorais. No Líbano, assim, não se obedece à regra um homem um voto.

A divisão do poder estatal e de seus recursos entre as diferentes seitas e denominações religiosas, além da concessão de poder judicial às autoridades religiosas, remontam aos tempos otomanos (o sistema de *millet*). A prática foi reforçada durante o mandato francês, quando privilégios eram concedidos aos grupos cristãos. Este sistema de governo, apesar de ter sido parcialmente concebido como uma solução de compromisso entre diferentes demandas sectárias provocou tensões que dominam a política libanesa até hoje.

Com a derrocada do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, as províncias árabes do Levante foram divididas entre britânicos e franceses sob o Mandato da Liga das Nações. O Mandato Francês para o Líbano (1920-1943) manteve um sistema de lei confessional em temas relativos ao casamento, divórcio e herança, e também confirmou a representação confessional na política democrática liberal. (JOHNSON, 2001). O poder colonial francês fez amplo uso da institucionalização da autonomia das comunidades religiosas no Líbano, promovida pelos otomanos, sobretudo através de instituições sectárias de bem-estar religioso e educacionais, para realizar políticas sociais do Estado colonial. Tratou-se da origem de um regime paralelo de poder e que no longo prazo enfraqueceria a autoridade básica e a legitimidade do Estado nacional libanês (KINGSTON, 2013, p. 29-30).

Outro impulso ao sectarismo pelo mandato francês relatado por Paul Kingston era o cultivo ao apoio de elites familiares baseadas regionalmente, especialmente em áreas como ao norte, Vale do Bekaa e Sul – todas as regiões que inicialmente resistiram ao domínio francês. Posse de terra e práticas de desenvolvimento agrícola foram promovidas, por exemplo, facilitando a habilidade destas famílias baseadas regionalmente em consolidarem amplos latifúndios, de forma a fortalecer sua posição política regional. Para que o Estado pudesse capturar e empoderar estas elites proprietárias de terra, os franceses desenharam leis eleitorais em 1926. Através destas leis os distritos eleitorais eram locais e dentro deles múltiplos assentos eram distribuídos em bases comunais – que deliberadamente privilegiavam os candidatos das famílias locais proeminentes. Adicionalmente, o que entrincheirou o poder eleitoral das famílias locais mais poderosas foi a norma que todos os libaneses deveriam votar dentro de sua vila de origem e/ou local de nascimento (KINGSTON, 2013, p. 29), lei válida em linhas gerais até os dias de hoje[[2]](#footnote-2). Na prática, a França desenhou a legislação libanesa de modo a garantir o domínio político de seus aliados cristãos maronitas.

Em teoria, este sistema eleitoral foi desenhado para promover alianças políticas intercomunais dentro de cada um de seus distritos multicomunais e com múltiplos assentos. Contudo, a mistura de alianças eleitorais que emergiu (as chamadas listas) foi na realidade construída, não em bases de maior cooperação entre candidatos, mas em termos de qual conjunto de candidatos era capaz de gerar o maior poder clientelista local. A justaposição do poder clientelista das elites feudais ainda adiante era sua forma de acesso aos recursos do Estado mandatário. O resultado, dada a influência considerável dos senhorios na assembleia mandatária, foi a penetração profunda no Estado libanês das elites de poder faccionadas, cujo entrincheiramento: “*tornou extremamente difícil que formas alternativas e de base ampla de organização política e de representação pudessem ser desenvolvidas*” (KINGSTON, 2013, p. 30). E, ao não obedecer o critério de igualdade e de isonomia entre os cidadãos, o sistema otomano não promovia um sistema democrático genérico. É esta herança que está na base do sistema confessional libanês ainda hoje (CHAOUL, 2015). Reinando sobre um império incrivelmente diverso étnica e religiosamente, os otomanos passaram a depender de elites feudais locais e de dinastias comunitariamente entrincheiradas para controlar a área. Estes chefes políticos faziam uso de seu status e autoridade para fornecer proteção e patronagem. Algumas destas mesmas dinastias constituem as elites sectárias no Líbano até hoje e fazem parte da coalizão de elites governantes (NELSON, 2013).

A independência de 1943 herdou um sistema no qual a presidência da república era por convenção reservada aos católicos maronitas – maior seita conforme o senso (ainda mantido) de 1932 – o cargo de primeiro ministro reservado a um sunita e o porta-voz do parlamento a um xiita. Os assentos na assembleia eleita eram distribuídos em uma proporção de seis cristãos para cinco muçulmanos, obedecendo à suposta divisão societária. Este é o sistema político e judicial que esteve estabelecido até o início da Guerra Civil em 1975 e que, com alterações relativamente pequenas, foi reestabelecido após o fim oficial da guerra em 1990 com o Acordo de Taif. Atualmente, os assentos no parlamento estão divididos em uma proporção igual entre muçulmanos e cristãos, 5:5. Ainda que seja amplamente aceito que os xiitas tenham se tornado o maior segmento populacional, a presidência ainda é reservada a um maronita e o cargo de primeiro ministro a um sunita. O cargo de porta voz do parlamento assume agora mais poder e forma parte de uma espécie de triunvirato (JOHNSON, 2001)

O poder foi dividido pela metade entre cristãos e muçulmanos, mas sob a condição de que “uma vez que o país se tornasse moderno e civilizado, a igualdade entre os cargos públicos e ministérios seria retomada” (CHAOUL, 2015, informação verbal). Com a exclusão da cláusula condicional em 1990, a institucionalização da divisão dos cargos e ministérios de forma sectária tornou-se ainda mais forte. De acordo com Milhem Chaoul, as estruturas que antes concediam maior força ao Estado agora ficam trancadas sem poderem ser questionadas. Estava sepultada a possibilidade constitucional de revoga eventual da distribuição de cargos entre as religiões.

Quando o Pacto Nacional foi assinado em 1943, essas elites sectárias naturalmente assumiram o manto da liderança nacional. Chefes políticos negociaram intensamente sobre recursos e posições para as suas comunidades (NELSON, 2013, p. 353-354). Mas este não era apenas um fenômeno político: o confessionalismo permeia todos os aspectos da vida diária libanesa. Empregos, habitação e educação não eram garantidos pelo Estado, mas pelos ministros que representavam cada comunidade, que por sua vez, foram eleitos através das leis sectárias (MAKDISI 1996). Uma disputa semelhante de poder ocorreu no período de reconstrução no pós-guerra Civil. Isto introduziu, nas palavras de Sally Nelson, um ciclo de patronagem pelo qual os cidadãos dependiam de seus líderes comunitários para oportunidades e serviços que, em outros países, seriam fornecidos pelo Estado (NELSON, 2013, p. 354). Esta prática, conhecida como o clientelismo, prosperou na era pós Independência, uma vez que as elites foram forçadas, através da institucionalização do confessionalismo, a fortalecer os laços com os seus clientes, a fim de ganhar eleições e terem ministros nomeados (HAMZEH, 2001). Nas palavras de Tom Najem, 2012, apud Nelson, 2013: “*As elites propositadamente impediram o estabelecimento de um Estado forte, bem consciente de que isto refrearia seus próprios reinos tradicionais de influência e capacidade para fornecer patronagem às suas comunidades”*. (NAJEM 2012, p.31, apud NELSON, 2013, p. 354).

Nas palavras de Thomas Colello:

A história econômica do Líbano tem sido marcada por uma distribuição desigual de renda nacional e má alocação de benefícios e fundos. O governo central tendeu a considerar as regiões que foram anexadas ao que era o Monte Líbano em 1920 como partes marginais do Líbano. Além disso, a centralização do governo em Beirute piorou as condições das zonas rurais, atraindo muitos libaneses para cinturões de pobreza superlotados e de comunidade confessional ao redor do centro metropolitano. A negligência do governo central em relação ao sul do Líbano, em particular, contribuiu para um sentimento de humilhação pelos xiitas, que em 1987 constituíam a maior comunidade sectária. (COLELLO, 1978, p. 1, tradução nossa)

Durante o Pacto Nacional de 1943, a população xiita era politicamente sub-representada. Em 1946, cristãos maronitas e muçulmanos sunitas ocupavam 40% e 27%, respectivamente, dos mais altos postos civis (legislativo, executivo e posições militares). Os xiitas ocupavam 3,2% dos cargos. Na década de 1980, os xiitas se tornaram a maior comunidade confessional do Líbano com quase 1,4 milhões de pessoas, superando as populações maronita e sunitas, estimadas cada uma em quase 800 mil (HAMZEH, 2004). O desenho institucional, contudo, não acompanhou em boa medida esta mudança, o que corresponde, em parte, a causa de nossa problemática em questão.

De acordo com Augustus Norton, os xiitas estiveram mergulhados na pobreza por séculos, e durante o domínio otomano foram tratados com suspeita e desprezo. Quando da fundação do Estado independente libanês em 1943, os xiitas, na prática, exerciam proporcionalmente pouca influência na política libanesa, sendo fortemente sub-representados nas nomeações para altos cargos (NORTON, 1998). O sistema confessional de então era estagnado, uma vez que baseado no ultimo senso oficial de 1932, falhando em levar em consideração as mudanças demográficas. Conforme a população xiita crescia em ritmo acelerado em comparação com outros grupos, a inflexibilidade do sistema exacerbava sua sub-representação no governo. Como a seita confessional passou a ser a forma de ganhar acesso aos recursos do governo (redes de bem estar e instituições como escolas e hospitais) a sub-representação política dos xiitas empobrecidos canalizava menos recursos para estas comunidades, contribuindo para a pobreza desproporcional entre este segmento. Esta dinâmica era agravada pelo fato de que os assentos xiitas no parlamento eram geralmente preenchidos por latifundiários feudais e outras elites insuladas. (DEEB, 2006).

A comunidade, adicionalmente, possuía baixa influência econômica, com o analfabetismo amplamente difundido e até os anos 1940 a maioria dos xiitas era formada de agricultores (NORTON, 1998). Até os anos 1960 a maioria da população xiita vivia em áreas rurais, e a rápida urbanização e comercialização do ambiente rural alargou ainda mais as disparidades econômicas no Líbano (DEEB, 2006). Muitos xiitas migraram para Beirute, se estabelecendo em um anel de subúrbios empobrecidos em torno da capital. Os tradicionais detentores do poder no Líbano, os maronitas e os sunitas, tampouco estavam fortemente interessados em dividir o poder com os xiitas. Não houve iniciativa para atender as demandas xiitas por um acesso mais amplo aos serviços públicos e por uma parcela maior de poder político, além de reformas basilares socioeconômicas e no sistema político (NORTON, 1998).

O foco na família e na seita na vida política significou que os candidatos efetivamente herdaram as posições de seus antepassados. Como consequência, o governo logo se tornou “agente dos interesses financeiros individuais e sectários", sem prestação de contas aos seus cidadãos (GEBARA 2001, p.11, apud NELSON 2013, p.355) e minando o suposto comprometimento com o bem público. Novamente, conforme escreve Nelson:

A democracia consociacional falha, assim, em entregar um verdadeiro Estado democrático, visto que canais tradicionais da democracia, como a votação para um representante, são dificultados a todo momento por questões de parentesco, no lugar de questões nacionais. Redes de elite têm sido facilitadas pelo sistema de maioria baseado em lista plural na qual os líderes incumbentes barganham entre si, trocando votos através das linhas sectárias, sem necessariamente obter votos do seu próprio grupo social[[3]](#footnote-3) (SALAMEY, 2009, p.84). Concentrando-se mais na expansão de sua influência pessoal, as elites ignoraram questões prementes, tais como reforma econômica, *accountability* e o Estado de Direito (SALAMEY & PAYNE, 2008). (NELSON, 2013, p. 355-356, tradução nossa).

Atualmente, o poder executivo é estabelecido constitucionalmente da seguinte forma: o presidente deve ser um cristão (na prática, um maronita), o primeiro-ministro um muçulmano sunita, o presidente ou porta-voz do Parlamento um muçulmano xiita, o vice-primeiro-ministro e o vice-presidente do Parlamento um ortodoxo oriental (HARB, 2006). O poder legislativo unicameral é exercido por uma Assembleia Nacional de 128 membros. A composição confessional da legislatura conforme o acordo de Taif de 1989 é a seguinte: 34 maronitas, 27 sunitas, 27 xiitas, 14 gregos ortodoxos, 8 gregos católicos, 8 drusos, 5 armênios ortodoxos, 2 Alauitas, um armênio católico, um protestante, e 1 minoria cristã. Isto totaliza 64 assentos para os muçulmanos e 64 assentos para os cristãos, em proporções iguais dos 128 assentos no total.[[4]](#footnote-4)

Como exemplo, vejamos que os 128 assentos parlamentares do Líbano estão divididos em 26 distritos. Os vários assentos em cada distrito são repartidos de acordo com a representação religiosa sectária e os representantes somente podem concorrer com seus correligionários. Isto garante que, apesar os cristãos constituírem menos de 38% da população (em estimativas extraoficiais), exatamente a metade dos assentos no parlamento vai para as diferentes seitas cristãs, e a outra metade para as muçulmanas. Em teoria, isso foi projetado para assegurar que a composição cosmopolita e plurirreligiosa do Líbano fosse refletida em seu *status quo* político. Na prática, contudo, enrijece[[5]](#footnote-5) a representação política em linhas exclusivamente religiosas e modela a relação Estado-cidadão para ser lida como Estado-cliente.

O debate quanto à eficácia do modelo consociacional para o caso libanês é intenso e não se dá sem discórdias. Uma gama de autores defende a melhoria do sistema confessional como solução para a atual instabilidade libanesa (BARCLAY, 2007; NELSON, 2013). Outros, ao contrário, questionam sua eficácia dentro do cenário libanês colocando em cheque a própria aplicação da teoria de Lijphart neste contexto. Para Assaf, por exemplo, o novo sistema consociacional "melhorado" pós-guerra civil não parece ter cumprido seu objetivo de criar a estabilidade sociopolítica e econômica endógena no seio das práticas democráticas. A origem da instabilidade institucional libanesa estaria no próprio sistema consociativista adotado, cuja estrutura institucionaliza e promove o sectarismo e suas consequências correlatas (ASSAF 2004).

Autores como Rinus van Schendelen (1984) e Ian Lustick (1997) alegam que as instituições consociacionais promovem o sectarismo ao entrincheirarem identidades existentes. Donald L. Horowitz (1985) argumenta que o consociacionalismo pode levar à reificação das divisões étnicas. A organização confessional libanesa reforçaria o sectarismo na medida em que gera desproporcionalidades, distorções de representatividade e congelamento das formas de identificação religiosas. Michael Kerr (2006) em outro sentido alerta para a importância da existência de “pressões externas regulatórias e positivas” estatais e não estatais, que conferem às elites internas incentivos e motivos suficientes para sua aceitação e apoio ao consociativismo – condição que talvez seja ausente neste país[[6]](#footnote-6).

A organização confessional libanesa impediria em certa medida a própria construção de consenso, geraria impasses institucionais e reforçaria o sectarismo na medida em que produziria desproporcionalidades e distorções de representatividade. Conforme argumenta Lina Kathib (2015) o confessionalismo libanês gera debilidade estatal, sectarismo, feudalização, elitismo e instabilidade institucional. Brian Barry (1975) e Sally Nelson (2013) argumentam que o confessionalismo do tipo libanês fomenta, institucionalmente, o sectarismo e o clientelismo, enfraquece o Estado e fragmenta a nação.

Esta disposição democrática nos convida a questionar se a institucionalização das divisões sectárias é um reflexo do desejo social comunal ou, se ao contrário, o Estado através de seu desenho institucional imprime e congela estas divisões sectárias. Em termos normativos, este sistema retira dos libaneses a capacidade de serem representados como cidadãos em uma democracia representativa - em vez de crentes de uma determinada fé.Este seria um processo de naturalização de uma forma de identificação exclusivamente político-religiosa - a despeito de outras quiçá mais democráticas.

A ausência de um código civil para assuntos pessoais, independentemente da filiação confessional, entrincheira identidades sectárias e não estimula clivagens transversais. Tal sistema não somente contém importantes desproporcionalidades de representação como também fortalece o papel dos líderes religiosos comunais e impede a evolução de ideias nacionalistas libanesas ou de ideias seculares universalistas (COLELLO, 1978).

Adicionalmente, o consociativismo do tipo confessional é problemático em termos de fortalecimento do Estado nacional porque através da institucionalização do confessionalismo reifica as identidades, promove canais comunais de obtenção de recursos, cria um sistema de patronagem e enfraquece o Estado como entidade que provê aos seus cidadãos. O confessionalismo engendra e engessa, portanto, a privatização e sectarização do provimento de serviços públicos.

Nas palavras do sociólogo libanês Milhem Chaoul,

Em seu estado atual, as estruturas do Estado no Líbano são espaços submersos por estruturas comunitárias e patrimoniais que tomam de assalto os serviços públicos, uma espécie de "privatização" disfarçada por potencialidades econômicas e humanas de seus membros. Parafraseando uma conclusão do Leviatã: é a sociedade que engole o seu Leviatã e não o Leviatã quem engole a sociedade (CHAOUL, informação verbal, 2015).

 Este sistema provoca distorções[[7]](#footnote-7) adicionais, como a sub-representação política dos xiitas empobrecidos, comunidades com menor canalização de recursos, o que contribuiu para a pobreza desproporcional entre este segmento. Em franco crescimento demográfico desde os anos 1970, habitando majoritariamente as periferias de Beirute e o sul do Líbano e com uma população estimada entre 40% e 60% do país, os xiitas mantém a proporção de representação política do acordo de Taif, de 1990. Proporcionalmente, contudo, aos xiitas que detém 27 assentos lhes corresponde 21,09% do poder – bastante distante, portanto, da realidade demográfica estimada[[8]](#footnote-8).

Esta sub-representação política foi paulatinamente sendo compensada pelos dois maiores partidos xiitas no país, Amal e Hezbollah, culminando na obtenção por este último do poder de veto em 2008. Esta vitória política, arrisca-se dizer, reequilibrou de certo modo as forças entre cristãos, sunitas e xiitas. Este evento dá indícios de bom funcionamento do arranjo confessional, já que, paulatinamente, uma nova, crescente e demandante elite política foi capaz de inserir-se no jogo político e obter poder de veto ao lado das duas outras elites concorrentes majoritárias: sunitas e maronitas.

**O Papel do Hezbollah nas Crises: Ator Desestabilizador?**

O Hezbollah é habitualmente apresentado (doméstica e internacionalmente) como o ‘ator radical’ no país e que por vezes se beneficiaria do vazio do status quo. O grupo, que passou a integrar a política doméstica libanesa a partir dos anos 1990, além de partido político é também uma força militar de resistência às incursões israelenses ao sul do Líbano, assim como provedor de serviços sociais cobrindo ações de educação, microcrédito, habitacionais e de saúde pública. Ainda que o grupo tenha sido condenado pelos seus ataques suicidas contra forças estrangeiras norte-americanas e francesas nos anos 1980, é consenso entre a literatura especializada que a inserção política após os anos 1990 reflete uma atividade legítima e pactuante com as regras do jogo político libanês. Neste sentido, nos últimos 20 anos, o Hezbollah tem fornecido exemplos de boa conduta parlamentar e de alianças eleitorais inter-religiosas, numa clara demonstração de racionalidade política estratégica.

A atividade institucional do Hezbollah revela sua performance dentro do modelo confessional, tendo as suas exigências e agenda de aumento de poder pleiteada dentro da engenharia política libanesa. A postura do partido reflete acomodação, construção de consenso e formação de alianças pragmáticas inter-religiosas. Sobretudo, ela representa a demanda xiita por maior inclusão política e sócio econômica. O sistema consociativo libanês e as necessidades de aliança da política parlamentar comum possuem um efeito pragmatizante sobre o Hezbollah. Neste sentido, a entrada do Hezbollah na política doméstica libanesa após o fim da Guerra Civil teria, *de facto,* alijado seu compromisso em estabelecer um sistema de governo islâmico no país. A literatura especializada da chamada escola ‘libanizante’ sugere que seu comportamento parlamentar, efetivamente responsável e cooperativo, privilegia a construção de alianças políticas em bases pragmáticas e utilitárias - como presente em Norton (1998), Wiegand (2009), Hamzeh (2000), Harb & Leenders (2005), Alagha (2006), entre outros.

Nas eleições parlamentares de Agosto de 1992, os membros do Hezbollah foram bem sucedidos em mobilizar apoio popular através da apresentação de um programa político e social inclusivo, o que lhe concedeu 8 dos 128 assentos. Um dos fatores mais significativos para a vitória foi a formação de uma coalizão com outros segmentos religiosos, incluindo muçulmanos sunitas e cristãos. Desde então, o Hezbollah participou nas eleições parlamentares de 1996, 2000, 2005 e 2009 e nas eleições municipais de 1998 e 2004. Nas eleições de 2000, a presença do Hezbollah no parlamento subiu de 9 para 12 assentos. Em coalizão com o Amal, conquistou todos 23 assentos no sul do Líbano e todos os 9 assentos na região de Baalbek-Hermel, no vale do Bekaa. Nas eleições de 2005, a aliança entre o Hezbollah e o Amal obteve controle de 35 dos assentos, ou 27% de todas as cadeiras, e nas eleições de Junho de 2009 o bloco 8 de Março liderado pelo Hezbollah – e em aliança com os cristãos - conquistou 57 assentos, ou 44,5% das cadeiras (WIEGAND, 2009).

Ainda assim, o Líbano vive um impasse institucional desde Maio de 2014, com suas coligações políticas majoritárias incapazes de formar um governo de consenso. Opositores a presença do Hezbollah no parlamento acusam o partido de ser responsável pelo impasse institucional e pelo fracasso na formação de um governo de união nacional no país. De modo que apesar da literatura apontar para uma adequada inserção do grupo no jogo político e institucional libanês, não parecem claras suas influências sobre o atual impasse institucional no país.

A recente crise institucional no país nos remete aos períodos de instabilidade e impasse parlamentar previstos no debate entre democracias majoritárias e consociacionais. O Líbano encontra-se mergulhado em um vácuo de poder desde 25 de Maio de 2014, quando o mandato de seis anos do presidente Michel Suleiman terminou com os membros do parlamento incapazes de estabelecer um candidato consensual para substituir o ex-presidente. A paralisia política e legislativa vem marcando a atividade do Parlamento libanês nos últimos 23 meses devido aos frequentes boicotes pela Aliança 08 de Março[[9]](#footnote-9). O Hezbollah tem atualmente o poder de paralisar o gabinete já que seus membros e aliados detêm mais de um terço das cadeiras. Dois terços de quórum dos 128 assentos são necessários para dar andamento à votação. E o enfraquecimento da posição presidencial enfraquece os cristãos no Líbano, automaticamente estremecendo o equilíbrio sectário estabelecido no Acordo de Taif e revisto em 2008.

Os legisladores do Bloco Mudança e Reforma, do deputado Michel Aoun, junto ao bloco do Hezbollah e seus aliados, denominado Coalizão 8 de Março, têm frustrado qualquer quórum desde 23 de Abril de 2014, através do boicote às 37 últimas sessões parlamentares, exigindo um acordo de antemão com os seus rivais da Coalizão 14 de Março acerca de um candidato de consenso. O vácuo político se instalou desde o término do mandado do ex-presidente Michel Suleiman em 2014. O Hezbollah apoia seu aliado, o deputado Michel Aoun, como único candidato à Presidência em virtude de sua ampla base popular dentro da comunidade cristã. O Bloco Futuro e seus aliados da Aliança 14 de Março[[10]](#footnote-10) apoiam o chefe das Forças Libanesas, Samir Geagea para Presidente, que é rechaçado pela coalizão liderada pelo Hezbollah - que o acusa de criminoso de guerra. Opositores a presença do Hezbollah no parlamento acusam o partido de ser responsável pelo impasse institucional e pelo fracasso na formação de um governo de união nacional no país.

Outros exemplos, relativamente recentes, também refletiram a insatisfação de parcelas da elite política e de setores populacionais a atuação política do grupo, como em 2005 e em 2008. Se os momentos de crises selecionados por nós no presente artigo representam de fato severas desestruturações no arranjo institucional libanês a ponto de provar a ineficácia de seu sistema somente poderá ser respondido posteriormente. Em certa medida, sistemas consociativos preveem algum grau de instabilidade institucional e de dificuldade na formação de consenso. Conforme já previsto por Lijphart (2003) na falta de consenso, o modelo consensual prefere pecar pela inação. Ainda que não se possa proclamar o esgotamento do sistema confessional no Líbano, é fato que as crises nos últimos 10 anos representam um importante abalo na política libanesa que precisa ser devidamente endereçado. As revoltas populares de 2015, crise do lixo, orçamentária e de energia, também demonstraram descontentamento com a incapacidade das lideranças de gerirem o país de forma eficaz. O debate intelectual atual segue presente, buscando qualificar se o sistema consociativo do tipo confessional que é impróprio ou se é a aplicação do sistema em sua forma atual que é inadequada, estando longe de ser resolvido.

Em 2005, a renúncia dos ministros xiitas ocorreu após o fracasso de negociações anteriores nas quais pediam maior poder político ao grupo. Os xiitas, apesar de serem atualmente a maior comunidade religiosa do Líbano, não estavam devidamente representados no governo, razão pela qual questionavam a legitimidade do governo de Siniora (NASSER, 2006).  A paralização e boicote de seus ministros no gabinete representaram não um radicalismo e sectarismo do grupo, mas uma tentativa de aumentar e corrigir sua proporcionalidade do sistema.

Em 2008, após movimentação armada também de outros grupos, o Hezbollah fez uso da violência política como alavanca para compelir o governo de maioria a reconsiderar de forma mais séria as demandas políticas da oposição (WIEGAND, 2009). Com os 11 assentos no gabinete (um terço mais um) concedidos à oposição, o Hezbollah ganhou a habilidade de vetar quaisquer leis futuras que peçam pelo desarmamento do grupo, uma importante concessão que aumentou seu poder no governo. Em troca, sob o Acordo de Doha de 2008, o Hezbollah concordou em não mais fazer uso de força armada para lidar com problemas políticos domésticos. O Hezbollah se mostrou capaz e hábil em obter importante influência política sem ter que ceder às demandas pelo desarmamento.[[11]](#footnote-11)

A Crise do lixo no Líbano, sem precedentes na história recente do país, continua a persistir há nove meses desde o fechamento forçoso pela população do principal aterro da cidade, Naameh, em 17 de Julho de 2015 devido ao excesso de capacidade. Montanhas de lixo amontoam-se na capital do país e nas montanhas circundantes, enquanto a falta de alternativas adequadas para depósito do lixo estimula protestos contra o fracasso do governo em encontrar uma solução. Crises de abastecimento de luz e água também são frequentes no país. A multi-facetada crise do Líbano se vê refém de facções políticas rivais no governo de “coalizão nacional” ainda incapazes de chegar a qualquer acordo sobre soluções aos dramas da população.

Neste sentido, apesar da literatura apontar para uma adequada inserção do grupo no jogo político e institucional libanês - em que pese seu braço militar e suas atividades de cunho socioeconômico – não parece claro o papel do partido como obstáculo à governabilidade. O que é fato é que os manifestantes começam a desafiar, de forma histórica no Líbano, a natureza confessional e sectária subjacente ao seu sistema de partilha de poder político. A atual insatisfação popular no Líbano demonstra revolta contra a corrupção endêmica, ineficiência estatal, indiferença e falta de fornecimento de bens públicos. (CALFAT, 2015). A partilha sectária de poder que, para uns, teria concedido até então acesso equitativo de todos os libaneses aos corredores do poder, entrou em colapso na última década, criando um governo falido e praticamente imobilizado (KHOURI, 2015).

As revoltas atuais em Beirute parecem indicar um problema estrutural maior: a validade e eficiência de um modelo quase centenário de governo sectário e de gestão de poder. Os libaneses parecem estar finalmente condenando suas elites econômicas e políticas que se perpetuam no poder por gerações e, ao fazê-lo, abordam as origens mais profundas do impasse institucional atual(KHOURI, 2015).O sistema confessional do Líbano está mostrando os seus limites e as crises atuais parecem ser sintomas de seu esgotamento e insuficiência (CALFAT, 2015).

As crises supracitadas revelam um descompasso entre as demandas apresentadas pelo Hezbollah e a vontade política das demais elites em reconhecer tais exigências. É verdade que, em oposição, o Hezbollah por vezes promoveu manifestações pacíficas, fez demonstrações públicas de força em Beirute em 2008, e fez uso de seu poder de veto ao boicotar inúmeras sessões no parlamento. Ainda assim, cada um destes momentos demonstra uma tentativa do partido de levar a cabo sua agenda dentro do modelo institucional – fruto do próprio movimento de moderação desde 1992. Assim, mesmo que continue havendo uma tensão significativa entre a aliança liderada pelo Hezbollah e seu bloco rival, a tensão é dominada pela contínua influência do Hezbollah na política doméstica libanesa e dentro das regras do jogo. Os esforços de adequação do Hezbollah ao jogo político libanês lhe conferiram legitimidade e uma posição relativamente forte no país, que somente foi fortalecida com sua vitória na guerra com Israel em 2006 e com o resultado da crise política de 2008: a obtenção do poder de veto em Doha.

Neste sentido, a atuação institucional do Hezbollah durante as crises de 2005, 2008 e 2014 comprova sua atuação dentro do modelo confessional e de modo a levar suas demandas e suas agendas de aumento de poder dentro da engenharia política libanesa, refletindo necessidades de acomodação, obtenção de consenso e formação de alianças. Contudo, ao mesmo tempo, as crises provam os limites e desajustes do modelo confessional libanês, espelhando a resistência dos feudos elitistas tradicionais em absorver a entrada de uma nova elite demandante e em franco crescimento. Assim, apesar do sistema consociativo do tipo confessional ter promovido a entrada desta nova elite demandante e ter proporcionado algumas décadas de relativa estabilidade institucional, ele ao mesmo tempo revela desajustes e limites que enfraquecem o Estado libanês.

O debate sobre a eficácia do sistema confessional-consociativista libanês permanece em aberto, já que a presente instabilidade institucional do país dá indícios de ser fruto das inadequações do arranjo entre as elites confessionais libanesas, na medida em que não contemplam as reivindicações do bloco de oposição. O Líbano está novamente paralisado pela rivalidade entre as elites e pela negligência ao cidadão comum. Ao mesmo tempo, as tentativas de reformar ou mesmo suprimir o sistema confessional do país também serão alvo de impasse parlamentar e de um quase tabu popular, visto que estremeceriam o tênue equilíbrio sectário que vigora no país desde o fim da guerra civil (ASSAF, 2004) e que implicariam o não reconhecimento das especificidades de cada segmento confessional.

A funcionalidade do modelo consociativo confessional no Líbano está longe de ser alvo de consenso, mas nossas análises sinalizam as limitações e desproporcionalidades deste sistema - muito mais do que revelam uma inaptidão ou radicalismo do Hezbollah em adequar-se às regras do jogo libanês. Ao contrário, suas investidas parecem indicar uma tentativa de reequilíbrio das forças políticas no governo e de uma representatividade real dos vários grupos sectários que compõem a cena política do país. O Hezbollah em seu papel de liderança da Coalizão 8 de Março é o responsável efetivo pela manutenção da governança que ainda resta ao país.

**Considerações Finais**

As crises de governabilidade na última década no Líbano parecem muito mais ajustes de representação para incluir elites não tradicionais do que demonstrações de falta de governança. Além disso, paralisias institucionais são relativamente frequentes em países consociativos. Adicionalmente, apesar de apresentarem importantes distorções representativas, as listas eleitorais garantem governabilidade ao país, e após as crises de 2005 e 2008 e da obtenção do poder de veto pelo Hezbollah, nota-se relativa acomodação do cenário político.

No entanto, ao mesmo tempo**,** as crises provam os limites e desajustes do modelo confessional libanês, refletindo a resistência dos feudos das elites tradicionais em absorverem a entrada de uma nova e demandante elite em rápido crescimento. O que persiste, na verdade, é um Estado fraco e clientelista, e um sistema ainda desproporcional de representação. Neste sentido, ainda que o sistema pareça estar (parcialmente) funcionando ao incluir uma nova elite demandante, ao mesmo tempo ele demonstra sinais de desajustes. A profunda institucionalização das diferenças religiosas através de leis eleitorais não promove uma democracia altamente representativa; pelo contrário, enfraquece o Estado nacional promovendo feudalização, elitismo e instabilidade institucional. Permanece um Estado fraco e clientelista e, arrisca-se dizer, uma forte polarização social e entricheiramento do sectarismo e das representações identitárias em linhas exclusivamente religiosas.

Para além da aparente acomodação após as crises de 2005 e 2008 e normalização das relações e de um período de relativo sucesso do consociativismo no país (1943-1975); persiste um Estado débil e clientelista que, conforme hipotetizamos, é fruto do desenho institucional confessional do sistema de *taifiyya*. A despeito da instabilidade institucional na última década, o funcionamento do sistema é garantido e ele se mantém, mas não de forma propriamente democrática. Assim, o modelo consociativo do tipo confessional pode ser questionado tanto no que diz respeito à manutenção da estabilidade institucional libanesa quanto a real representatividade dos diferentes segmentos religiosos.

Nosso trabalho visou demonstrar que, apesar da inserção e atuação do Hezbollah de forma ajustada, permanece o dissenso na literatura regional e especializada quanto ao bom funcionamento do sistema confessional em termos de representatividade religiosa e de eficiência estatal. Identificamos no estado da arte em que aspectos o consociativismo indica ser o modelo mais adequado para um tecido social plurireligioso e segmentado e para manutenção da governança; e em quais outros ele dá sinais de engessamento sectário e de fraqueza estatal. Constatamos que, ainda que o sistema consociativo do tipo confessional no Líbano seja capaz de manter certa governabilidade, ele não se dá sem apresentar distorções significativas em termos de representatividade e decorrências maléficas em termos reforço do clientelismo e do sectarismo, enfraquecendo a autoridade nacional.

**Referências Bibliográficas**

ALAGHA, Joseph Elie. **The Shifts in Hizbullah’s Ideology: Religious Ideology, Political Ideology, and Political Program**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006. 380 p.

ASSAF, Noura. **Consociational Theory and Democratic Stability. A re-examination Case Study: Lebanon**. Mar. 2004, 268 f. Tese (Doutorado em Filosofia Política) – University of Warwick, Departamento de Política e Estudos Internacionais. 2004.

BARCLAY, Sara G. **Consociationalism in Lebanon**. Mar. 2007, 102 f. Dissertação (Mestrado Faculdade de Artes e Ciências) – UniversityofPennsylvania, Pennsylvania, 2007.

BARRY, Brian. Political Accommodation and Consociational Democracy. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 477–505, 1975.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ . The Consociational Model and its Dangers. **European Journal of Political Research**, v. 3, n. 4, p. 393–412, 1975.

CALFAT, Natalia. Protestos Populares em Beirute Refletem Esgotamento do Sistema Confessional Libanês. **Ceiri Newspaper**. Disponível em: <http://www.jornal.ceiri.com.br/protestos-populares-em-beirute-refletem-esgotamento-do-sistema-confessional-libanes/>. Acesso em 09 out. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ . Um Novo Olhar Sobre o Hezbollah: O Terrorismo Frente ao Reformismo Socioeconômico do Partido e à Teoria da Sociedade de Resistência. **Revista Malala**, São Paulo, nº 1, p. 67-93,Ago. 2013.Disponível em: [http://sites.usp.br/malala/boletim-1/]. Acesso em 21 ago. 2013.

CHAMIE, Joseph. Religious groups in Lebanon: A descriptive Investigation. **International Journal of Middle East Studies**, Cambridge, v. 11, n. 02, p. 175-187, 1980.

CHAOUL, Milhem. **A Associação de Minorias: a fórmula libanesa** (Conferência, Informação verbal). I Seminário Internacional Brasil Líbano, ICBL e IUPERJ/UCAM, 25 de novembro de 2015, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2015.

COLLELO, Thomas ed. *Lebanon: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress, 1987. Disponível em: <http://countrystudies.us/lebanon/39.htm>. Acesso em: 08 Mar. 2016.

DAVIS, Peita. **Filling the Void: Hizbullah’s State Building in Lebanon**. Out. 2007, 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Ciência Política) – Universidade de Sidney, Sidney, 2007.

DEEB, Lara. Hizballah: A Primer. **Middle East Report Online**, Washington, Jul. 2006. Disponível em: [<http://www.merip.org/mero/mero073106>]. Acesso em: 13 fev. de 2012.

ESPOSITO, Thomas G. **Political Integration of Hezbollah into Lebanese Politics**. Jun. 2009. 79 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Segurança) – Naval Post Graduate School, Califórnia, 2009.

GROVEN, Irene. The second republic of Lebanon: from confessionalism to majoritarianism?: a study of intercommunal relations in the lebanese post-war political system, 1997. Disponível em: <https://www.duo.uio.no/handle/10852/14274>. Acesso em: 08 Mar. 2016.

HAMZEH, Ahmad N. Clientalism, Lebanon: Roots and Trends. **Middle Eastern Studies** v. 37, n. 3, pp. 167-178, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ . **In the Path of Hizbullah**. Syracuse University Press, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ . Lebanon’s Islamists and Local Politics: a New Reality. **Third World Quarterly**. Londres,v. 21, n. 5, p. 739-759, 2000.

#### HARB, Imad. Lebanon's Confessionalism: Problems and Prospects. United States Institute of Peace, Washington, Mar. 2006.

#### HARB, Mona & LEENDERS, Reinoud. Know Thy Enemy: Hizbullah, ‘Terrorism’ and the Politics of Perception. Third World Quarterly, Londres, v. 26, n. 1, p. 173 – 197, 2005

HOROWITZ, Donald. **Ethnic Groups in Conflict**. Berkeley, CA: University of California Press. p. 575, 1985.

JAMAIL, Dahr. Hezbollah’s Transformation. **Asia Times Online**. Hong Kong, 20 de Julho de 2006. Disponível em: [<http://www.atimes.com/atimes/Middle_East/HG20Ak02.html>]. Acesso em: 19 Jun. 2012.

JELLOUN, Mohammed Ben. Hezbollah’s Democratic Demands. **Swans Commentary.** Califórnia, Jan. 2007. Disponível em: [<http://www.swans.com/library/art13/jelloun3.html>]. Acesso em: 13 Fev. 2012.

JOHNSON, Michael. **All honourable men: the social origins of war in Lebanon**. IB Tauris, 2001.

KARAM, Christian da Camino. **Da Revolução Política ao Reformismo Socioeconômico: Hizballah, Islamonacionalismo e Economias de Rede no Líbano Pós Guerra**, Set. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KATHIB, Lina. Sectarianism is not Part of Solution for Syria. **Carnegie MiddleEast Center**. Beirute, 13 de Maio de 2015 Disponível em: <http://carnegie-mec.org/2015/05/13/sectarianism-is-not-part-of-solution-for-syria/i8hj>. Acesso em: 08 out. 2015.

KERR, Michael. **Imposing Power-Sharing: Conflict and Coexistence in Northern Ireland and Lebanon**. Dublin: Irish Academic Press, pp. 27–28, 2006.

KHOURI, Rami G. Talking Trash in Lebanon: Beirut’s uncollected garbage is just one symptom of a noxious political system. Doha, **Al Jazeera**, 24 de Agosto de 2015. Disponível em: <http://america.aljazeera.com/opinions/2015/8/talking-trash-in-lebanon.html>. Acesso em: 09 out. 2015.

KINGSTON, Paul WT. **Reproducing sectarianism: Advocacy networks and the politics of civil society in postwar Lebanon**. SUNY Press, 2013.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ . Multiethnic Democracy. **The Encyclopedia of Democracy**, Londres, v. 3, p. 853-865, 1995.

LUSTICK, Ian. Lijphart, Lakatos, and Consociationalism. **World Politics**, v. 50, n. 1, p. 88–117, 1997.

MAKDISI, Ussama S.. Reconstructing the nation-state: The modernity of sectarianism in Lebanon. **Middle East Report**, v. 200, n. 200, p. 23-30, 1996.

NASSER, Salem H. Líbano Corre Risco de Novo Conflito Civil, Diz Especialista. **Folha de São Paulo**, 25 Nov. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u102115.shtml>. Acesso em: 12 out. 2015.

NELSON, Sally. Is Lebanon’s Confessional System Sustainable?. **Journal of Politics & International Studies**, v. 9, p. 332-387, Summer 2013.

NORTON, Augustus Richard. Hizballah: From Radicalism to Pragmatism? **Middle East Policy**. Washington, v. 5, n. 4, p. 147-158, Jan. 1998.

PETALLIDES, C. J. Cedars to the East: A Study of Modern Lebanon. **Student Pulse**, v. 3, n. 12, 2011. Disponível em: <http://www.studentpulse.com/a?id=603>. Acesso em: 08 Mar. 2016

SAMAHA, Nour & CHUGHTAI, Alia. Lebanon: at the Crossroads. **Al Jazeera** 2015. Disponível em: <http://interactive.aljazeera.com/aje/2015/lebanoncrossroads/>. Acesso em: 08 out. 2015.

VAN SCHENDELEN, Rinus. The views of ArendLijphart and collected criticisms. **Acta Politica**, v. 19, n. 1, p 19–49, 1984.

WIEGAND, Krista Eileen. Reformation of a Terrorist Group: Hezbollah as a Lebanese Political Party. **Studies in Conflict & Terrorism**, Oxford, v. 32, n. 8, p. 669-680. Jul. 2009.

1. *Muhassasah taifiyya (*طائفية  محاصصة) é o nome em árabe para o sistema de governo confessional de distribuição do poder político e institucional proporcionalmente entre as diferentes comunidades religiosas no Líbano. No léxico político libanês, *muhassasa* significa a divisão de poderes políticos entre a presidência maronita, o executivo sunita e o legislativo xiita. Para Leenders “*o termo é estigmatizante na medida em que implicitamente indica as práticas corruptas que regulam esta divisão de interesses entre estes três grupos de comunidade política*”. (LEENDERS, 2004, apud HARB & LEENDERS, 2005). [↑](#footnote-ref-1)
2. Os libaneses, por exemplo, não votam nos bairros onde vivem. Em vez disso, eles devem retornar ao distrito *onde suas famílias foram registradas pela primeira vez*, na década de 1930. Votar em linhas sectárias significa desestimular o voto em representantes que não serão responsáveis por projetos de desenvolvimento, zoneamento ou coleta de lixo no local onde se vive. E, nos locais onde governam, não serão responsivos já que seu eleitorado vive alhures. [↑](#footnote-ref-2)
3. Sob a lei eleitoral atual, os eleitores votam em todas as linhas de seitas, um sistema projetado para maximizar a cooperação inter-confessional, de modo que enquanto os candidatos competem apenas com seus correligionários, eles devem obter apoio externo para ganhar um assento. Mas partidos cristãos do Líbano alegam que a configuração atual permite que os não cristãos, que compõem a maioria da população, obtenham uma influência desproporcional sobre a eleição mesmo de parlamentares cristãos. [↑](#footnote-ref-3)
4. O Líbano é dividido em 26 distritos eleitorais, que são então agrupados em cinco regiões: Beirute, Bekaa, Monte Líbano, norte do Líbano, e Sul do Líbano. Cada distrito tem um dado número de assentos parlamentares determinados pela população do distrito. *O que torna o sistema do Líbano único é que cada distrito reserva assentos para diferentes grupos religiosos, garantindo a representação de todas as minorias* - independentemente dos resultados eleitorais. [↑](#footnote-ref-4)
5. Os libaneses, por exemplo, não votam nos bairros onde vivem. Em vez disso, eles devem retornar ao distrito *onde suas famílias foram registradas pela primeira vez*, na década de 1930. Votar em linhas sectárias significa desestimular o voto em representantes que não serão responsáveis por projetos de desenvolvimento, zoneamento ou coleta de lixo no local onde se vive. E, nos locais onde governam, não serão responsivos já que seu eleitorado vive alhures. [↑](#footnote-ref-5)
6. Ussama Makdisi vai mais além: demonstra em 1996 que a cultura do sectarismo foi uma construção moderna entre elites locais e potências europeias para forjar uma política de religião. Neste sentido, o sectarismo representou uma mobilização deliberada de identidades religiosas para fins políticos e sociais (2000). [↑](#footnote-ref-6)
7. Constantine Petallides, ao descrever as inelasticidades e desproporcionalidades que o sistema engendra, afirma: *“[...] após a conclusão do cálculo de proporcionalidade dos Quadrados Mínimos [das eleições de 2009] o que obtemos é um desvio de aproximadamente 11% de proporcionalidade; quase duas vezes a nossa base universal de 6,65%. Sob circunstâncias normais, o valor de 11% não levantaria quaisquer sinais de alerta, mas quando o consideramos no contexto do Líbano, um país com um sistema político que desmorona sobre si mesmo para assegurar a representação proporcional dos diferentes grupos, esse número se torna mais interessante. Por que, apesar de seus melhores esforços, estão os libaneses ainda tão longe da proporcionalidade que se empenham para alcançar? A resposta encontra-se dentro do próprio sistema confessional*”. (PETALLIDES, 2011, p. 4, tradução nossa).

Ainda de acordo com Petallides "*com 26 distritos elegendo 128 representantes, a magnitude média distrital no Líbano é 4,92 (M = 128/26), que é bem abaixo do limiar mágico de Lijphart M = 7 onde uma legislatura representa verdadeiramente o microcosmo da sociedade*" (PETALLIDES, 2011, p. 4, tradução nossa). [↑](#footnote-ref-7)
8. Desde a obtenção de sua independência, o Líbano preferiu não realizar um censo populacional, devido ao temor de que os resultados poderiam tencionar ou deformar a fórmula política pela qual seu sistema político é regido. O último censo da população libanesa, realizado em 1932, sob o mandato francês, mostrou uma população total de 793.246, com uma maioria cristã, na proporção de 6 para 5. Alterada para 5 para 5, esta tem sido a base da fórmula política de atribuição de cargos políticos e administrativos, além da distribuição de recursos estatais (SALEM, 1973, p. 20, APUD CHAMIE, 1980). As estatísticas (extraoficiais) sobre o percentual atual da população xiita no Líbano são bastante variadas, percorrendo de 33% a 59,7% da população total do país (JAMAIL, 2006). [↑](#footnote-ref-8)
9. A Aliança 8 de Março possui atualmente 58 assentos dos 128 no parlamento libanês e é composta pelos partidos Amal, Hezbollah, Movimento Patriótico Livre, Tashnag armênio, Syrian Socialist Nationalist Party, Partido Democrático Libanês, Movimento Marada, Partido da Solidariedade e Ba’ath. (SAMAHA & CHUGHTAI, 2015) [↑](#footnote-ref-9)
10. A Coalizão 14 de Março possui atualmente 48 assentos dos 128 no parlamento e é composta pela coligação entre os partidos Movimento Futuro, Forças Libanesas, Kata’eb, Murr, Partido Hunchakian, Grupo Islâmico, Partido Ramgavar, Movimento da Esquerda Democrática e Partido Nacional Liberal (SAMAHA & CHUGHTAI, 2015). [↑](#footnote-ref-10)
11. A decisão pela utilização de mesmo algum grau de violência política foi um importante movimento para o Hezbollah. É compreensível que o governo de maioria queria o desarmamento do Hezbollah. Contudo, nenhum movimento para pressionar o partido neste sentido tem ocorrido desde a crise de Maio de 2008. O governo possui pouca escolha com respeito ao armamento continuado do Hezbollah, vale a pena notar. O Hezbollah é mais forte, mais efetivo e mais eficiente que o exército libanês, e o governo sabe disso. (WIEGAND, 2009). [↑](#footnote-ref-11)